

@ Juliano: (COESUS)

RISCOS AMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OFFSHORE: UMA BREVE ANÁLISE

A análise de risco ambiental faz parte dos estudos ambientais a serem elaborados no âmbito do processo de licenciamento ambiental, sendo que no caso das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo é requerido o cálculo da frequência do derramamento de óleo no mar e da probabilidade de toque nos recursos ambientais. Assim, a avaliação quantitativa do risco consiste na comparação do valor de tolerabilidade ambiental com um critério pré- definido, o qual ainda não está estabelecido no Brasil.

Algumas análises de atividades de exploração de petróleo ao longo da costa brasileira, tanto em áreas de novas fronteiras quanto em áreas com concentração de atividades, nos permite uma análise crítica sobre os possíveis critérios de aceitabilidade do risco, além da verificação dos componentes ambientais mais vulneráveis ao óleo em cada região.

A partir dessa análise, foi possível verificar que diferentes critérios deveriam ser adotados dependendo do contexto da atividade. Apesar da norma ISO 31000 estabelecer a necessidade da definição prévia do critério de aceitabilidade, a finalidade da condução destas avaliações que não podem ser apenas para atender aos limites pré-estabelecidos quando existentes, mas sim garantir que os riscos sejam gerenciados e considerados na tomada de decisão.

Fato este que já demonstrou ao longo dos anos, que a ANP Agencia Nacional do Petróleo, nao tem dado a devida atenção as questões ambientais e sociais, enquanto aos impactos do Setor Petroleiro no País, a exemplo do que passamos em 2019 com o MEGA ACIDENTE PETROLEIRO que atingiu a costa brasileira, gerando prejuízos bilionários a Industria do Turismo, a Industria da Pesca, ao Meio Ambiente e seus desdobramentos na economia, onde 50 Milhões de Brasileiros foram diretamente impactados, e as perdas financeiras ultrapassaram a casa dos 200 Bilhões de Dólares, considerando as perdas imediatas, custos do Acidente que manchou a Costa do Brasil do Nordeste até

o Rio de Janeiro, fora os custos futuros da perda da biodiversidade e da perda da produção e dos estoques de peixes e outros animais marinhos do Brasil.

Assim sendo a importância da avaliação de risco ambiental durante o processo de licenciamento ambiental e do oferecimento dos Blocos alocados na 17a Rodada, apresentaram estudos e avaliações realizadas pela ANP que não são suficientes ou se apresentam como incongruentes, a exemplo do que vemos na BACIA DE PELOTAS - em Blocos do SETOR SP-AR1 SP-AP1 SP-AUP1 e na BACIA POTIGUAR - em Bloco SETORES SPOT-AUP2 E SPOT-AP2 pois a análise de risco que é uma ferramenta apropriada para contribuir na escolha de áreas compatíveis a exploração fóssil, e que dependem de estudos atualizados, para que projetos tenham o mínimo risco ao meio ambiente (ZELENÁKOVÁ & ZVIJÁKOVÁ, 2017), infelizmente não é o que se viu, a exemplo do Impacto da Exploração fóssil e que trará enormes impactos no Setor Pesqueiro e na Segurança Alimentar Nacional na hipótese de acidentes serem gerados em áreas de reprodução do pescado, bem como no Turismo na hipótese de novos mega acidentes, e da atual incapacidade do pronto atendimento em situações de vazamentos, como vistas em 2019 e em outras situações.

O risco pode ser definido como o efeito de incertezas nos objetivos, podendo estes terem diferentes aspectos tais como as metas ambientais, sendo também representado pela combinação das consequências de um evento e a probabilidade de ocorrência do mesmo (ISO, 2009). Assim, o risco ambiental para as atividades de exploração e produção de petróleo representa a probabilidade de um vazamento de óleo no mar e suas potenciais consequências ecológicas, econômicas e sociais (IPIECA & IOGP, 2013), fato este que nos gera apreensão na expansão do setor, sem que antes a ANP e outros setores do Governo Federal e também das empresas privadas que exploram o Petróleo e Gas no Brasil, previamente apresentem sua plena capacidade na atuação e mitigação e solução em vazamentos de média e grande monta.

A análise de risco ambiental para os casos de vazamento de óleo no Brasil busca atender a dois objetivos principais: fornecer informações para suportar a tomada de decisão quanto a viabilidade ambiental durante o processo de licenciamento ambiental (CONAMA no237/1997) e auxiliar na elaboração de planos de emergência mais efetivos (CONAMA no398/2008), infelizmente desde o momento do encerramento do GTPEG e da redução da representação da sociedade civil brasileira junto ao CONAMA, se viu sério prejuízo a Sociedade, que hoje não tem mecanismos plenos e igualitários no controle e fiscalização ambiental, e que neste caso específico, apresenta riscos ambientais na exploração fóssil em áreas sensíveis.

A avaliação de risco de derramamento de óleo contempla as seguintes etapas: estabelecimento do contexto da avaliação, identificação dos perigos, análise de probabilidade, análise de consequência através da modelagem de dispersão de óleo e caracterização dos recursos ambientais e por último o cálculo do risco em si e a comparação com os critérios de tolerabilidade do risco (IPIECA & IOGP, 2013). Durante a seleção das hipóteses acidentais a serem analisadas, deve-se incluir o cenário com volume de vazamento de pior caso; isto se deve ao fato que o descontrole na perfuração de um poço leva a um fluxo de fluido imprevisível que pode percorrer grandes distâncias em relação ao local de origem (VINNEM, 1997), levando a consequências catastróficas, cremos que os Setores Oferecidos, não apresentam todos os devidos riscos, gerando portanto demandas de judicialização desta 17ª Rodada, bem como a representação da sociedade civil, junto ao judiciário brasileiro e internacional, considerando que há inclusive riscos ambientais junto a áreas transfronteiriças (URUGUAY).

Os critérios de aceitabilidade de risco vêm sendo muito utilizados, uma vez que a etapa inicial do processo de gerenciamento de risco, sistematizado pela ISO 31000:2009, é a definição destes critérios para em seguida ser conduzida a análise e verificado se o risco encontrado está dentro dos limites aceitáveis. O critério de aceitabilidade do risco ambiental tem como objetivo atender um compromisso entre o que é aceitável pela sociedade e o que é alcançável pela indústria (VINNEM, 1997).

No entanto existe uma discussão sobre a pertinência de seu uso, principalmente em relação aos critérios para o risco ambiental. De acordo com

Aven & Vinnem (2005), a aceitabilidade das operações de petróleo e gás offshore com relação aos riscos ambientais tem sido baseada em processos políticos, e após tal definição, a aceitabilidade do risco pode não ser mais um problema e tal critério não tem mais um papel importante nessas análises.

Temos ouvido e lido os comentários de Diretores da ANP ao longo dos últimos que se deve “vender” a qualquer custo e acelerar a exploração fóssil no território nacional, aja visto que o tempo dos combustíveis fósseis está se encerrando. Nos preocupa este tipo de colocação inapropriada, e que coloca a Biodiversidade Marinha e outras atividades econômicas como o Turismo e Pesca que emprega milhões de brasileiros, em situação absoluta de risco e com as demonstrações de incapacidade do Estado Brasileiro e da própria ANP em resolver este tipo de vazamentos de grandes proporções.

Neste sentido nossa solicitação é o da suspensão deste leilão, até que o estado comprove sua plena capacidade de solver esses riscos, em toda costa brasileira, pois o mesmo hoje não tem estrutura fiscalizatória e mitigatória que possibilite a expansão exploratória na costa brasileira, tao pouco de fundos nacionais e seguros que garantam a recuperacao plena das areas já degradadas e impactadas duramente pela Industria Fóssil, bem como dos Impactos que a mesma é responsável sobre as mudanças climáticas.

Aven & Vinnem (2005) também afirmam que o uso de critérios definidos previamente pode levar a um foco errado durante a análise, na qual o objetivo seria apenas atender aos limites aceitáveis e não o de procurar por soluções melhores e mais efetivas para diminuir o risco. Por outro lado, para Maggi (2014), a falta de critérios estabelecidos para a identificação e classificação dos perigos nos Termos de Referência, faz com que critérios diferentes sejam adotados.

Dessa forma, a tolerabilidade resultantes dos impactos ambientais, econômicos e climáticos gerados, incidem para todos nós brasileiros, com a

redução de áreas agricultáveis, de disponibilidade hídrica e das centenas de milhões de reais de subsídios e isenções dadas ao setor petrolero

- Impacto na indústria da pesca

Os impactos da exploração do petróleo e gás sobre os pescadores são irreparáveis, sejam pescadores artesanais ou industriais. Os riscos de vazamento são intrínsecos a este tipo de indústria, principalmente pela utilização de hidrocarbonetos que são inflamáveis e em boa parte voláteis; além disso, são utilizados insumos químicos tóxicos, explosivos, materiais radiativos, e os equipamentos e reservatórios trabalham sob pressões altas e condições mecânicas não usuais. Os rompimentos, vazamentos e derramamentos são frequentes não controláveis. Causando grandes danos aos pescadores das regiões de exploração de petróleo e gás. Temos como exemplo o Estado do Espírito Santo e Rio de Janeiro onde os vazamentos são constantes e deixando as comunidades pesqueiras com grandes prejuízos, causando sérios conflitos entre as empresas petroleiras e comunidades pesqueiras.

Com as vendas de blocos para petróleo e gás, os pescadores passam a não ser reconhecidos como trabalhadores, em oposição a "bandidos" ou a "um nada". Face aos agentes de fiscalização e repressão que promovem a negação desse reconhecimento, sentem-se desrespeitados e desmotivados a se organizar coletivamente para enfrentar os conflitos causados pelas empresas de petróleo e gás.

- Risco à costa Uruguaia

Na nota técnica do IBAMA

O relatório cita também o PARECER TÉCNICO GTPEG N° 1/2015, chamando a atenção para a ausência de modelagens de vazamento de óleo a partir de locações sobre a plataforma continental, para subsidiar a oferta de blocos na região. Aponta, com referência ao Bloco BM-P-02, “os resultados da modelagem que indicam possibilidade de o óleo ultrapassar os limites das águas jurisdicionais brasileiras,

com possibilidade de atingir a região costeira do Uruguai” (Técnico nº 2/2019-CGMAC/DILIC: do IBAMA, 2019:3

- Mudanças Climáticas

Insistir na exploração dos combustíveis fósseis é não ouvir as ciências, é não ouvir os pesquisadores. Todos dizem que os combustíveis fósseis estão associadas ao aumento da emissão de gases de efeito estufa por queima de **combustíveis fósseis** (dos automóveis, das indústrias, usinas termelétricas),

- Os aumentos de temperatura serão mais frequentes e extremos frios menos frequentes na maioria das áreas terrestres.
- Ondas de calor acontecerão com maior frequência e durarão mais.
- O oceano está se tornando tão ácido e tão rapidamente que a vida oceânica não irá sobreviver ou se adaptar.
- A produção de alimentos ficará extremamente prejudicada devido às condições climáticas extremas e o aumento das pragas.

A ciência também nos diz que: podemos evitar os piores riscos das mudanças climáticas se reduzirmos as emissões de gases de efeito estufa e investir em uma economia de baixo carbono.

Esperamos que os responsáveis pela proteção da saúde humana e do meio ambiente enfrentem os fatos.

A verdade é que a ameaça é muito grave para ignorar.

Ass - julio bueno de araujo - COESUS COALIZAO NAO FRACKING BRASIL

